



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 671/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11075/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Empresa de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Floriano Maia Viga, Diretor-Presidente.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 052/2014 (fls. 163/173).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2002/2014-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 174/176)

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Empresa de Transportes Urbanos de
Presidente Figueiredo. Exercício de 2013.

*Contas regulares com ressalvas.
Recomendação à origem. Quitação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo arts. 11, III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro e Relator, em **divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS, a Prestação de Contas da Empresa de Transportes Urbanos do Município de Presidente Figueiredo, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Floriano Maia Viga, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- RECOMENDAR à atual gestão da Empresa de Transportes Urbanos – EMTU do Município de Presidente Figueiredo, que obedeça às orientações da Resolução TCE Nº 03/2013 (art. 1º, §4º, c/c art. 2º) que estabelece normas a serem observadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Direta e Indireta dos Estados e dos municípios do Amazonas, sobre a adoção obrigatória do plano de contas, das demonstrações contábeis, orçamentários, patrimoniais e específicos a que se referem às Portarias STN 406/2011, 828/2011, 231/2012, 437/2012 e 753/2012, e Portaria conjunta STN/SOF 02/2012:

9.3- DAR QUITAÇÃO ao responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 671/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de novembro de 2014.

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Raimundo José Michiles, Julio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral